

## O PAPEL DAS PRÁTICAS FOUCAULTIANAS NA REFLEXÃO TEÓRICA DE PAUL VEYNE.

Luiz Antonio Albertti – PPG-Unesp/Assis.

As reflexões de Paul Veyne esboçadas no texto *Foucault revoluciona a história*, de 1978, representam uma continuidade de preocupações do autor que encontramos em textos anteriores: *Como se escreve a história* (1971), *A história conceitual* (1974) e *O inventário das diferenças* (1976). Apresentaremos sucintamente cada um desses textos para situarmos melhor algumas noções como as de acontecimento, diferença, causalidade, narrativa, com o intuito de tornar mais claro qual será a importância das *práticas* foucaultianas nas reflexões epistemológica de Paul Veyne; tema desta comunicação.

Em *Como se escreve a história*, Veyne procura romper com a filosofia clássica da história, desenvolvendo longamente a noção de acontecimento histórico, de compreensão histórica e idéia de progresso em história.

O acontecimento é o objeto da história. Todo acontecimento é singular e diferente um do outro, tanto pela diferença temporal quanto pelas características próprias de cada acontecimento. Sendo assim, o historiador só pode compreender um acontecimento de forma incompleta e unilateral, por meio de documentos, já que não existe um geometral em história, justamente porque a história se desenvolve no sublunar, ou seja, os acontecimentos são resultados de ações humanas, onde o acaso e a liberdade desempenham um importante papel, contrapondo-se ao plano celeste, que é “[...] a região do determinismo, da lei, da ciência: os astros não nascem, não mudam e não morrem e o seu movimento tem a periodicidade e a perfeição de um mecanismo de relojoaria”; enquanto no sublunar, “situado abaixo da lua, reina o devir e tudo aí é acontecimento [...] O homem é livre, o acaso existe, os acontecimentos têm causas cujo efeito permanece duvidoso, o futuro é incerto e o devir é contingente [...]”<sup>1</sup>.

Para compreendermos os acontecimentos é necessário inseri-los naquilo que Veyne denominou como *séries* que, por sua vez, compõem a *intriga*. Para trabalhar a narrativa histórica o autor desenvolve a noção de intriga. “[...] A intriga é composta por séries, não importando como é traçado seu itinerário [...]”<sup>2</sup>.

Pelo fato de a intriga ser um recorte operado pelo historiador, abandona-se então a idéia de totalidade histórica. O historiador não pode abranger nenhuma totalidade histórica, toda intriga surge da seriação de acontecimentos que este opera, para tornar sua intriga compreensível. Sendo assim, não existe história total, existe apenas “história de...”. Nas palavras de Veyne:

Um acontecimento só tem sentido numa série, o número de séries é indeterminado, não se dirigem hierarquicamente e como veremos tão pouco tendem para um geometral de todas as perspectivas. A idéia de História é um limite inacessível, ou antes, uma idéia transcendental; não se pode escrever esta história, as historiografias que se crêem totais enganam sem saberem o leitor sobre a mercadoria e as filosofias da história são um *absurdo* que depende da ilusão dogmática, ou seriam antes um *absurdo* se não fossem filosofias de uma “história de...”<sup>3</sup>

Ao romper com a idéia de totalidade histórica, Veyne defende que a história não dispõe de teorias, métodos, ou conceitos gerais; descartando assim a possibilidade de pensar a história como ciência.

Toda teoria, métodos ou conceitos são resultados de intrigas, isto é, para compor uma intriga o historiador cria certos dispositivos que lhe serão convenientes para traçar as séries da intriga, entretanto, esse mesmo procedimento não será válido para traçar outros itinerários, daí decorre o risco de anacronismo histórico.

Não se constata menos que os historiadores são incessantemente importunados ou enganados pelos conceitos ou os tipos dos quais servem; eles reprovam-lhes umas vezes de serem chaves que, válidas para um período, não funcionam para um outro, outras vezes de serem de margens claras e de acarretarem consigo associações de idéias que, mergulhadas num novo meio se tornam anacrônicas.<sup>4</sup>

Negando a teoria, o método e o conceito como universalmente válidos, Paul Veyne dá uma nova feição ao *progresso em história*. Este deve ser pensado como aumento da *tópica histórica*, que se desenvolve dentro de uma *cultura histórica*. O historiador está inserido numa *cultura histórica*, que lhe possibilita fazer um questionamento maior dos acontecimentos. “[...] O enriquecimento dos repertórios de lugares é único progresso que o conhecimento histórico pode fazer.”<sup>5</sup>

O aquilatamento dos tópicos históricos deve ser acompanhado de um trabalho de *conceituação dos acontecimentos*, pois, para Veyne, “[...] a formação de novos conceitos é a operação através da qual

se produz o enriquecimento da visão [...]”<sup>6</sup>. Os conceitos históricos proporcionam ao historiador uma “[...] percepção mais fina da originalidade dos acontecimentos, [...] o que significa que ela não perde para trás o terreno que conquista para a frente.”<sup>7</sup>

Ao afirmar que o historiador deve ter como preocupação primordial a conceituação dos acontecimentos, o autor aponta a necessidade de aproximar história e sociologia. Em *Como se escreve a história*, a sociologia perde seu padrão de cientificidade, sendo, então, entendida como ‘tópica histórica’. Na pena de Veyne, o

[...] que fazemos nos nossos dias sob a designação de sociologia não é uma ciência; é uma descrição, uma história sem esse nome, quer uma tópica da história ou uma fraseologia”, dessa maneira, “é necessário renunciar à ideia comteana de que ela [a história] está por enquanto num estágio pré-científico e espera ser elevada ao nível de ciência, sendo essa ciência a sociologia.”<sup>8</sup>

Para o epistemólogo, o melhor exemplo de abordagem sociológica dos acontecimentos históricos é a obra de Max Weber:

[...] a sociologia de Weber é de facto uma história sob uma forma mais geral e mais sumária. Para ele, a sociologia não podia ser mais do que uma história desse género, visto que a seus olhos as coisas humanas não podiam ter leis universais e só davam origem a proposições históricas, às quais ele só recusava o epíteto de históricas por serem comparativas e não-acontecimentais.<sup>9</sup>

Percebemos assim, que as noções de acontecimento, diferença e narrativa, neste momento, são pensadas por meio do conceito de “intriga”, excluindo da história qualquer possibilidade de se tornar científica, onde a sociologia desempenha o papel de tópica histórica.

Já no texto *A história conceitual* (1974) a sociologia passa a ser pensada então, não apenas como tópica histórica, mas sim, como uma forma de pensar que possibilita a conceituação dos acontecimentos, afastando o historiador do meramente factual. Somente a conceituação dos acontecimentos permite percebermos melhor as diferenças existentes entre eles.

Se em ***Como se escreve a história*** a preocupação central é evidenciar que a história não possui formas permanentes e universais de explicação dos acontecimentos - estes são analisados em séries que compõem a intriga. Em *A história conceitual*, Veyne defende que a história possui 'núcleos de cientificidade':

Para iniciar o assunto, resumamos por antecipação nosso objetivo. A história não se reduz ao campo da aplicação das ciências nascidas ou por nascer, mas tampouco é residual em relação a essas ciências: ela comporta núcleos de cientificidade.<sup>10</sup>

Isso não quer dizer que a história seja uma ciência no sentido das ciências ditas "duras", mas envolve procedimentos de caráter científico que se aplicam sobre o seu objeto exclusivo: o acontecimento. Mas, como se pode tratar com algum grau de cientificidade os acontecimentos sublunares?

Os núcleos de cientificidade são expressos por meio de conceitos, e o maior esforço da história consiste na criação de conceitos:

Os termos história não factual, história em profundidade, história comparada, história generalizante, tipológica ou ainda sociologia histórica, e mesmo tópica histórica, são maneiras semelhantes para designar esse trabalho de conceituação do 'todo confuso' que, antes de mais nada, é o espetáculo do devir.<sup>11</sup>

A conceituação dos acontecimentos torna possível aprofundar o conhecimento histórico, desde modo a narrativa histórica não se satisfaz em apenas constatar a existência de um acontecimento, mas em explicá-lo cada vez melhor com o auxílio da sociologia, desenvolvendo assim os núcleos de cientificidade da história. Estes permitem-nos percebermos as diferenças existentes entre os acontecimentos históricos, afastando-nos um pouco mais do risco de anacronismo histórico; uma vez que a conceituação consiste em inserir os acontecimentos narrados no tempo e analisar como ao longo deste, um mesmo acontecimento suporta características bastante diferenciadas, que só podem ser percebidas na medida em que tratamos o acontecimento como conceito. Veyne conclui o texto ressaltando a importância da história conceitual:

Não pretendemos que a história deva ou deveria ser conceitual: constatamos que ela é, que o termo conceituação é aquele que melhor descreve seus progressos desde Tucídides; que é um termo mais justo que o de história não fatural, generalizante, explicativa etc.; enfim, que se a história, não contente de ser conceitual, sabe que ela o é, esse saber pode incitá-la a vir a sê-lo mais ainda: não se pode pedir mais à epistemologia.<sup>12</sup>

A conceituação dos acontecimentos e o estreitamento dos laços entre sociologia e história serão aprofundadas no texto *O Inventário das diferenças*, cujo subtítulo é *História e sociologia*, no qual o autor, partindo da conceituação proposta no texto de 1974, busca objetivar o *dever histórico* por meio da elaboração de dispositivos teóricos, que são as *constantes transhistóricas*, estas devem fornecer as condições para o historiador fazer o *inventário das diferenças*.

A formação de constantes transhistóricas variáveis consiste em individualizar os acontecimentos históricos. A individualização, isto é, tratar os acontecimentos conceitualmente, permite ao historiador pensar as dimensões ainda não pensadas dos acontecimentos. Essa dimensão do não pensado só é possível porque a conceituação leva o historiador a fazer uma “história em profundidade”. Conforme afirma Veyne,

[...] a conceituação de uma constante permite explicar os acontecimentos; jogando-se com as variáveis pode-se recriar, a partir da constante, a diversidade das modificações históricas; explicita-se, desse modo, o não-pensado e lança-se no que era apenas vagamente concebido ou mal pressentido. Finalmente, e sobretudo, por mais paradoxal que pareça a afirmação, só a constante individualiza.<sup>13</sup>

Ao afirmar que só a constante individualiza, corre-se o perigo de, ao individualizar os acontecimentos, tratá-los como “objetos invariáveis”, portanto, é necessário que o historiador explicithe os mecanismos de criação e modificação das constantes, por isso concebê-las como transhistóricas.

“Constante” não quer dizer que a História é feita de objetos invariáveis, que jamais mudarão, mas somente se pode captar nela um ponto de vista científico, escapando às ignorâncias e às ilusões de cada época e sendo trans-histórico. Para resumir: determinar as constantes é determinar as verdadeiras realidades e os verdadeiros mecanismos da evolução histórica; é explicar essa evolução cientificamente, ao invés de restringir-se a narrá-la superficial e ilusoriamente.<sup>14</sup>

Na opinião de Veyne, em *O inventário das diferenças*, “[...] a História é congenitamente científica [...] A História é ciência das diferenças, das individualidades [...]”<sup>15</sup>, onde o mais importante é encontrar idéias que possam aproximar o historiador da verdade, que nunca pode ser conhecida de antemão; que possibilite ao historiador fazer um inventário das diferenças. “É deixar de ser inocente, e perceber que o que é poderia não ser. O real está envolto numa zona indefinida de com-possíveis não-realizados; a verdade não é o mais elevado dos valores do conhecimento.”<sup>16</sup>.

O percurso realizado por Veyne até este momento para pensar os acontecimentos, suas diferenças, causalidade, e seus lugares na intriga, contou cada vez mais com o auxílio da sociologia; perceberemos agora como os acontecimentos podem ser pensados por meio da filosofia, neste caso, a filosofia de Michel Foucault, que é, para Veyne, “[...] o historiador acabado, o remate da história. Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores”.<sup>17</sup>

As *práticas* foucaultianas contribuirão para o empreendimento teórico de Veyne pensar a história em termos científicos.

Neste texto, há um rompimento com a idéia de *causa e objeto natural e material*. No lugar de causas naturais tem-se o desenvolvimento da noção de *práticas vizinhas*.

Ou, melhor dizendo, preenche ativamente o vazio que essas práticas deixam, *atualiza* as virtualidades que estão prefiguradas no molde; se as práticas vizinhas se transformam, se os limites do vazio se deslocam.<sup>18</sup>

Veyne, usando-se do conceito de prática, dá uma nova feição à conceituação dos acontecimentos. O trabalho de conceituação é feito após o historiador traçar os itinerários que podem ligar práticas vizinhas. Com isso, o historiador abre o campo do acontecimento histórico para aquilo que estava oculto nos discursos, nas causas e objetos naturais e materiais. Isso permite a Veyne afirmar que as práticas são ‘a parte oculta do iceberg’:

A pratica não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz). Se a pratica está, em certo sentido, ‘escondida’, e se podemos, provisoriamente, chamá-

la 'parte oculta do iceberg'. É simplesmente porque ela partilha da sorte da quase-totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos freqüentemente, consciência deles, mas não temos conceitos para eles.<sup>19</sup>

As práticas foucaultianas apresentam-se como o aprofundamento das constantes transhistóricas variáveis de *O inventário das diferenças*, pois as práticas vizinhas permitem ao historiador explicar aquela zona ainda não pensada do acontecimento, uma vez que este passa a ser pensado através das objetivações de práticas determinadas que o constitui, a isto Veyne dá o nome de *densificação*<sup>20</sup>. Desta feita, o historiador passa a dispor de um mecanismo de cunho metodológico para a *ciência da diferença* ou *ciência conceitual* que é a história (não podemos esquecer que em *Como se escreve a história* Veyne nega qualquer possibilidade de a história vir a ser científica).

No entanto, a contribuição de Foucault para pensar a obra epistemológica de Veyne vai mais além. Não significando apenas uma ampliação das noções desenvolvidas no texto de 1976, mas sim, uma redefinição de todos os textos dos quais tratamos aqui. Redefinição que pode ser percebida quando o autor se refere ao método histórico; logo na primeira página de *Como se escreve a história*, lemos: “[...] Não, a história não tem método: senão peçam que vos mostrem esse método [...]”<sup>21</sup>; e é nas primeiras linhas de *Foucault revoluciona a história* que Veyne afirma “[...] a utilidade prática do método de Foucault [...]”<sup>22</sup>.

Ao lermos *Foucault revoluciona a história* temos que retomar e perceber como as *práticas* rearticulam, modificam ou ampliam as noções a respeito do acontecimento, diferença, narrativa, entre outros, tratados em *Como se escreve a história* e nos textos posteriores: se pensarmos nas práticas que constituem os acontecimentos, qual será a função da retrodicção para a compreensão da causalidade histórica? Se abandonarmos a idéia de causas materiais e objetos naturais onde situaremos as diferenças existentes entre um acontecimento e sua relação com os demais na composição das séries de uma intriga? O texto de 1978 não significa um acabamento das reflexões epistemológicas de Paul Veyne, mas sim um ponto de partida que nos possibilita repensar os textos de 1971, 1974 e 1976, que denotam uma relação estabelecida entre história, sociologia e filosofia. Para citarmos apenas um indício entre outros possíveis, a reedição de 1978 de *Como se escreve a história*, no qual é publicado em anexo o texto *Foucault revoluciona a história*, e que sofre uma redução de mais de cem páginas, em que

vários tópicos são retirados; acreditamos que isto não seja apenas uma simples “enxugamento”, mas uma reelaboração do texto editado em 1971.

---

<sup>i</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 43.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 38-9.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 161.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 270.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 256.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 273.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 319.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 342.

<sup>10</sup> VEYNE, Paul. A história conceitual. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 64.

<sup>11</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 81.

<sup>13</sup> VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 15.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 19-20.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>17</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: EDUNB, 1982, p. 151.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 166.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 157-8.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 162.

<sup>21</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Op. cit., p. 9.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *Foucault revoluciona a história*. Op. cit., p. 151.